

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: DISCUSSÕES TEÓRICAS INICIAIS

Lídia Paixão Ferreira ¹

Elson M. da Silva ²

¹ Graduanda e Bolsista Pibid do Curso de Pedagogia do Campus Anápolis de CSEH/UEG

² Doutor em Educação pela UnB e Docente da Universidade Estadual de Goiás.

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar discussões teóricas em relação aos conceitos e principais características dos fenômenos de letramento e alfabetização. As discussões apresentadas aqui fazem parte dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pela equipe do Subprojeto Pibid – Pedagogia do Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, orientado pela problemática inicial: - o que é letramento e alfabetização? O trabalho, em questão, está em desenvolvimento e configura-se como qualitativo.

Discutir sobre o letramento e a alfabetização, neste trabalho, é considerado relevante, uma vez que as escolas, principalmente as que ministram o Ensino Fundamental, estão sendo conclamadas a inserir em seus projetos e práticas pedagógicas esses fenômenos. Entretanto, como são temas ainda complexos, muitos professores ainda se sentem desafiados a trabalhar com essas temáticas em salas de aula.

Segundo Saviani (2008), a escola vivencia vários desafios. Desde a sua massificação, tem-se denunciado o quanto ela é dualista, isto é, caracterizada por tipos de ensino que, ora atendem os interesses dominantes, ora os dos dominados. Com o advento do regime capitalista a sociedade se caracteriza, mais nitidamente, pela divisão em classes e, dessa forma, a escola deve implementar, no processo de formação dos alunos de baixa renda, propostas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento de capacidades que possam auxiliar na superação das contradições com as quais os alunos se depararam em seu cotidiano.

Diante disto, e apoiados em Soares (2004), entendemos que a formação do aluno de classe social economicamente menos favorecida, formação essa que possibilita o aluno superar os desafios e contradições do dia-a-dia, deve iniciar em sua fase de alfabetização que, como já é sabido, tem a escola pública como a principal instituição promotora deste processo. E, diante disto, questionamos: - O que é letramento e alfabetização?

Esperamos que as discussões apresentadas neste trabalho possam contribuir para ampliar debates, principalmente em torno das temáticas letramento e alfabetização.

Fundamentação teórica

Segundo Rojo (2009), os termos letramento e alfabetização, apesar de serem conceitualmente distintos, possuem ligação. A alfabetização é o fenômeno no qual, por meio dela, os indivíduos adquirem o domínio da leitura e escrita. Porém, existe uma necessidade da descoberta do significado das palavras que vai além da aquisição do código escrito. Tanto o letramento quanto a alfabetização precisam ser compreendidos dentro de contextos sociais, pois os sujeitos carregam consigo vivências, conceitos oriundos de diversos grupos e domínios sociais que os circunscrevem, tais como: família, igreja, amigos, cultura de sua região e país e ainda sua integração a ambientes virtuais e a todo tipo de comunicação que formam sua conduta.

As práticas sociais exercidas pelos sujeitos em vários grupos e domínios sociais são chamadas de letramento. Segundo Kleiman (1995), estas práticas sociais são permeadas pela leitura e pela escrita. Soares (2003) afirma que esse fenômeno começa a ser estudado no Brasil em meados de 1980, quando outros países também dedicaram atenção ao seu estudo, como é o caso dos Estados Unidos e da França. Nos países considerados mais desenvolvidos do que o Brasil, os estudos sobre o letramento se desenvolveram tomando como ponto de partida lacunas ou ausência do domínio básico das habilidades de leitura e escrita necessárias para execução de atividades sociais ou profissionais. Já nos países emergentes, os estudos sobre letramento são voltados para a precariedade da aprendizagem, para o domínio da habilidade de escrita e para a dificuldade que este indivíduo terá para se inserir nas esferas sociais e/ou profissionais.

Kleiman (1995) nos chama atenção quanto ao fato de que as práticas de letramento precisam estar fundamentadas no pensar e agir, além de que podem assumir funções diferentes se comparadas a eventos de acordo com a classe social dos sujeitos, como no caso do gênero histórias infantis, estas que podem variar quando são contadas a crianças das classes dominantes ou dominadas. No primeiro caso, os pais destas crianças possuem, geralmente, mais escolaridade e por isso trabalham com os filhos maneiras que os levarão a possuir uma bagagem cultural mais enriquecida, por meio da leitura pausada, explicando cada elemento da história, por exemplo. Já no segundo caso, o da classe dominada, os pais contam com a aprendizagem dos seus filhos por observação, julgam que aprenderão apenas por meio do que veem, sem necessidade de muitas explicações.

No contexto escolar, quando há o encontro destes alunos oriundos de cenários e culturas tão diferentes, há necessidade de que o docente adote, em seus planejamentos e

práticas pedagógicas, propostas que venham ao encontro destas realidades, de maneira a considerar, inclusive, as práticas de letramentos destes sujeitos.

Como forma de orientar o professor neste processo, que deve alicerçar suas práticas pedagógicas numa concepção de letramento crítico e contextualizado, Kleiman (1995), alerta que o letramento deve ter “[...] como objeto de reflexão, de ensino ou de aprendizagem os aspectos sociais da língua escrita” (p.21).

Rojo (2009) também parece aderir à perspectiva de letramento crítico quando afirma que

os usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam eles valorizados ou não valorizados, locais ou globais, recobrando contextos sociais diversos (família, igreja, trabalho, mídias, escola etc.) numa perspectiva sociológica, antropológica e sociocultural. (ROJO, 2009, p. 98).

Em contrapartida, a alfabetização, eximindo o conceito freireano, é considerada como o processo de aquisição do sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica. Em outras palavras, o foco da alfabetização está mais em como o sujeito adquire competência em saber ler e escrever.

Outro termo que parece se aproximar do da alfabetização expresso acima é de alfabetismo. Para Rojo (2009), o alfabetismo é entendido como “O conjunto de competências e habilidades ou de capacidades envolvidas nos atos de leitura ou de escrita dos indivíduos [...]” (p. 97), isto é, trata da capacidade individual de decodificar os grafemas, seja para a leitura, seja para a escrita.

A literatura do campo da Pedagogia nos mostra que existem os métodos de alfabetização que podem assumir características tanto “tradicionais” quanto “inovadoras”. Por exemplo, em relação aos métodos “tradicionais” de alfabetização, os mais conhecidos nos meios acadêmico e educacional são os analíticos e os sintéticos. Em relação aos métodos sintéticos, o processo de alfabetização se inicia de unidades linguísticas menores a unidades linguísticas maiores, por exemplo, da letra para a palavra ou da palavra à frase. Os métodos sintéticos de alfabetização também podem assumir outras características como, por exemplo, insistir fundamentalmente na relação entre a linguagem oral e a linguagem escrita, de modo a valorizar a memorização de sinais gráficos. Também há outro método de alfabetização que foi utilizado por décadas nos sistemas escolares: o método alfabético. Os métodos analíticos de alfabetização, por sua vez, orientam que o processo de alfabetização se inicie de unidades linguísticas maiores para unidades linguísticas menores. Por exemplo, que o trabalho de alfabetização inicie da frase à palavra ou, ainda, do ditado para as letras.

Tantos os métodos sintéticos e analíticos de alfabetização são considerados “tradicionais” no sentido de promover grandes mudanças na vida dos alunos. Eles podem ser considerados assim porque valorizam, durante o processo de alfabetização dos sujeitos, principalmente, os seguintes aspectos: decodificação e codificação de grafemas, memorização e repetição. Esses aspectos, por sua vez, podem trazer sequelas psicológicas e linguísticas nos sujeitos. Dentro dos métodos analíticos de alfabetização, no entanto, insere-se o método fônico de alfabetização, o qual é caracterizado, sobretudo, pelo processo de alfabetização do sujeito que se inicia de um fonema, que é considerado a menor unidade sonora do sistema fonológico de uma língua.

Por fim, entendemos que tanto o letramento quanto a alfabetização desempenham papéis importantes na formação dos sujeitos em processo de escolarização. Contudo, é importante também que o professor tenha clareza em relação a estes dois fenômenos e como eles podem subsidiar teórica e metodologicamente os trabalhos em sala de aula. Isso ocorre na medida em que o professor tenha clareza em relação aos embasamentos teóricos sobre o letramento e a alfabetização. Kleiman (1995) entende que o embasamento teórico por parte do professor, bem como uma mudança de atitude que favoreça o reconhecimento da existência de inúmeros letramentos, podem auxiliar o processo de aquisição de linguagem por parte dos alunos. Com isso, pode-se afirmar que a consideração dos letramentos é essencial para uma prática docente que coloque o processo de ensino e o de aprendizagem no centro, de maneira a proporcionar aos alunos as ferramentas necessárias para se expressarem por meio da linguagem e realizarem práticas sociais por meio desta.

Referências

- KLEIMAN, Ângela B. (org.) **Os significados do letramento**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.
- ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores associados, 2008.
- SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.25, pp.5-17.